

O reajustamento do funcionalismo do Estado do Rio Grande do Sul

Declarações do Presidente da Comissão incumbida de estudar o assunto

O sr. coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, acaba de nomear uma Comissão destinada a estudar o assunto do reajustamento do funcionalismo estadual. Para presidí-la foi designado o secretário da Interventoria, dr. Ibanez Verney.

Procurado pelo representante de um órgão da imprensa local, afim de esclarecer os objetivos da comissão criada, o dr. Ibanez Verney, fez as seguintes declarações :

"A Comissão tem por fim promover uma completa revisão nos quadros do funcionalismo público. Ela padronizará, definitivamente, os cargos de todas as secretarias e departamentos públicos estaduais, a exemplo do que vem fazendo, na administração federal, o Conselho Federal do Serviço Público Civil. A Comissão, da qual sou o Presidente, seguirá a mesma orientação. A nomenclatura que empregaremos será a mesma que se adotou na reorganização dos quadros do funcionalismo federal. Dessa maneira, em todas as Secretarias de Estado existirão cargos idênticos, com vencimentos e denominações iguais. Dessa forma desaparecerão as divergências e as constantes rivalidades criadas pelas preferências de denominação. Numa repartição pública o funcionário perceberá vencimentos iguais aos de seu colega de outro departamento. Com o trabalho que pretendemos executar, terminaremos com essas divergências.

Temos por objetivo reorganizar os quadros do funcionalismo do Estado, não cogitando do aumento de vencimentos dessa classe, procurando apenas um justo nivelamento entre os empregados públicos. Assim, poderão ser aumentados alguns funcionários, enquanto outros terão os seus vencimentos reduzidos, dependendo isso dos resultados que forem verificados no decorrer de nossos trabalhos.

A nossa missão, portanto, não é promover um aumento, mas estudar a situação do funcionalismo, que será melhorada com a padronização de vencimentos e com a denominação igual dos cargos".

Respondendo a uma pergunta do jornalista, a respeito da situação dos portuários e ferroviários em face do reajustamento do funcionalismo, prossegue o dr. Ibanez Verney :

"A situação dos portuários e dos ferroviários é um assunto que está completamente à parte de nossos estudos. Inicialmente, a Comissão tratará de promover a reorganização dos quadros do funcionalismo público estadual. A seguir, então, será tratado o caso dos portuários e ferroviários. Entretanto, convem notar que, antes de proceder-se a qualquer estudo do caso, consultaremos o Ministério do Trabalho, perguntando se esses empregados são ou não considerados funcionários estaduais. Se a resposta lhes for favorável, apreciaremos o seu problema da melhor forma possível, afim de que não fiquem em situação inferior à dos demais trabalhadores do Estado. Mas, de acordo com a minha opinião, não admito sejam os portuários e os ferroviários funcionários públicos; porém, posso estar errado".

Terminando suas declarações, o dr. Ibanez Verney acrescentou :

"Os trabalhos da Comissão durarão, possivelmente, dois meses, pois é muito importante a tarefa que nos foi confiada. Espero, durante esse tempo, concluir a nossa missão, pois não nos falta a indispensável boa vontade. Muito brevemente, serão iniciadas as nossas atividades, numa das salas do Palácio do Governo".